

Conjugalidade, afectos e formas de autonomia individual**

A construção social do sentimento amoroso é uma das marcas do movimento de modernização das sociedades ocidentais. Primeiro, o amor era contra a instituição, constituindo uma força ameaçadora da fundação matrimonial, subordinada aos interesses da reprodução familiar: a paixão do amor cortês nada tinha a ver com o casamento, sobrevivendo à margem do matrimónio (v. Luhmann, 1991, e Chaumier, 1999). O amor-paixão e a instituição familiar eram forças antagónicas, que o romantismo veio posteriormente reconciliar. Com a sentimentalização da vida privada (v. Ariès, 1973), a escolha amorosa tornou-se o critério legítimo na formação do casal. Um casal organizado em torno de papéis de género diferenciados e de um modo de funcionamento nuclear, dependente e fusional, como acontecia na família conjugal de Durkheim (1975 [1895]) e Parsons (1955), bem adaptada às exigências do sistema social, industrializado e urbanizado. Na modernidade avançada, a vida familiar individualizar-se-ia ainda mais, reflectindo a mudança na situação das mulheres, a diversificação das formas familiares, a reconfiguração do ciclo de vida tradicional. Já não seria só o casal a quebrar amarras com a comunidade e o parentesco, mas o indivíduo que se veria dividido entre a liberdade individual e as gratificações a morosas de uma vida a dois.

A convivência entre individualização, entendida enquanto gratificação e autodeterminação do *self*, e realização afectiva, perseguida numa relação de alteridade da qual depende o sentido da própria individualidade, resume ten-

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** Os resultados apresentados integram uma investigação mais vasta sobre «Conjugalidades em mudança: percursos, orientações e dinâmicas da vida a dois» (2004), desenvolvida enquanto trabalho de doutoramento em Sociologia. Expõem-se brevemente alguns dados qualitativos dessa pesquisa.

dências históricas centrais de transformação da vida privada (v. Singly, 2000, Elias, 1993, Giddens, 1996, e Beck e Beck-Gernsheim, 1995). Afinal, como diz Luhmann, reflectindo sobre os processos que tornaram a paixão e depois o romantismo códigos semânticos socialmente partilhados, o sentimento amoroso moderno é consequência da individualização, que deu ao conjugal uma importância imensa. As conjugalidades contemporâneas ver-se-iam, por conseguinte, divididas entre um ideal de fusão afectiva, onde se concentram expectativas de felicidade pessoal¹, e o investimento na realização individual.

O imaginário do casal é hoje marcado por tendências aparentemente contraditórias, configurando o que alguns entendem por «paradoxo conjugal contemporâneo» (Neyrand, 2002). Por um lado, o casal cimentar-se-ia cada vez mais através dos afectos, preterindo os aspectos patrimoniais, económicos ou genealógicos, antes essenciais na sua institucionalização. Por outro, a individualidade tornar-se-ia crescentemente importante, ganhando independência face ao casal ou à família. A profissionalização das mulheres e a sua progressiva conquista do espaço público constituem exemplos incontornáveis desta questão. O mito do príncipe encantado, estudado por Kaufmann (1999) entre mulheres francesas a viverem sós, demonstra igualmente o hiato entre a vontade de preservar uma autonomia já tornada hábito e o desejo emocional de uma satisfação afectiva plena e até pouco realista, mas que faz parte dos ideários contemporâneos mais comuns. Para Singly (2000), os indivíduos querem ser «livres em conjunto»: desejam ter uma vida conjugal (ser com o outro), da qual depende sobremaneira a construção das suas identidades, e uma vida pessoal autónoma (ser a sós). O autor utiliza mesmo o termo «dupla vida» para aludir a este paradoxo do individualismo contemporâneo.

Neste contexto, compreende-se o aceso debate sobre individualização e conjugalidade, bem como a investigação da relação entre indivíduo e grupo num quadro de pluralização das formas de conjugalidade (Widmer *et al.*, 2000; Torres, 2000; Aboim, 2004). Na óptica interaccionista, o casal pode organizar-se em torno da fusão ou da autonomia. No primeiro caso, dá prioridade ao «nós», juntando recursos, tempos, espaços e até identidades; no segundo, privilegia o «eu», procurando preservar as diferenças, os projectos e o espaço-tempo de cada um (v. Kellerhals *et al.*, 2004). Entre um pólo e outro muitas conjugalidades são, obviamente, possíveis.

¹ O centramento na conjugalidade é visível em Portugal através dos inquéritos às representações sociais. Note-se que os jovens projectam sobretudo viver com o cônjuge (Vascelos, 1998). Dados do *European Value Survey* permitem ainda observar atitudes da população portuguesa face à família nos anos de 1990 e 1999, evidenciando, como nota Almeida (2003), a importância do «ideal de conjugalização da felicidade». Por outro lado, destaca-se uma norma fusional na conjugalidade, já que 61% das mulheres contempladas no inquérito às *Famílias no Portugal Contemporâneo* tentam partilhar amigos, lazeres, tempo e dinheiro com o cônjuge (v. Aboim e Wall, 2002).

O eixo fusão-autonomia tem igualmente servido para observar a conjugalidade enquanto realidade historicamente condicionada e assim conceptualizar a mudança. Nesta óptica, Théry (2000) refere a passagem do modelo de «casal-cadeia» (institucionalista, sexualmente diferenciado e centrado na reprodução do grupo) ao «casal duo» (igualitário e orientado para a realização pessoal). Roussel (1991) sugere, por seu lado, a ideia de «família-clube» como ex-líbris do casal associativo moderno, ultrapassando, em larga medida, o modelo de companheirismo fusional que Burgess, Locke e Thomes (1960 [1945]) haviam proposto, ao diagnosticarem o movimento da instituição para o companheirismo. Os modelos de Roussel assinalam, aliás, a evolução histórica da vida familiar, descrevendo a transição gradual da «família-instituição» para modelos de aliança, de fusão e, mais recentemente, de associação (a família-clube²). No mesmo sentido, mas reflectindo agora sobre o lado amoroso da vida a dois, Chaumier (1999) sugere que a fusão afectiva, para ele conotada com o amor romântico, seria paulatinamente substituída por uma espécie de «fissão» estruturada pela autonomia individual. Neste plano, Giddens (1996) propõe a noção de amor confluyente (igualitário, negociado e centrado na satisfação mútua), enquanto modelo substituto de um amor romântico estático, pouco sexualizado e sexualmente diferenciado. Dominante na primeira modernidade, o casal romântico enfrentaria agora, como sublinham Giddens ou Beck e Beck-Gernsheim, os desafios impostos pela crescente igualdade de género, pela visão dinâmica da relação e pela valorização da individualidade.

Na teorização do sentimento amoroso transparecem, afinal, ideias sobre a fusão e a autonomia na vida a dois: enquanto o amor romântico se orienta para uma visão fusional do casal, o confluyente comporta embrionariamente os germes da autonomia individual. A representação social do amor não será, portanto, alheia à produção de determinado estilo de conjugalidade, e vice-versa.

Na verdade, é esta a hipótese proposta neste artigo. Cientes de que as conjugalidades actuais são tanto feitas de afectos como de rotinas e obrigações quotidianas, investigam-se, de modo tão indutivo quanto possível, as possíveis articulações entre orientações amorosas (a paixão, o amor, a amizade, o companheirismo...) e interacções conjugais. Procuramos, em suma, trazer à arena empírica o debate sobre a individualização e a sentimentalização da vida conjugal, identificando formas diversas de construção da autonomia feminina face

² As «famílias-instituição» caracterizam-se por finalidades de sobrevivência e pela subordinação total à instituição matrimonial; as «famílias-aliança», ainda fortemente institucionalizadas, são já caracterizadas pelo amor romântico como princípio da união; nas «famílias-fusão» sobressai igualmente o amor romântico, mas no quadro de uma recusa da instituição tradicional e da afirmação da igualdade entre os cônjuges; finalmente, as «famílias-associação» simbolizam o triunfo do individualismo sobre o nós conjugal.

ao nós-casal e ligando-as às orientações amorosas veiculadas pelas mulheres³. Os discursos femininos são analisados a partir de 22 entrevistas em profundidade feitas a mulheres residentes na Área Metropolitana de Lisboa, com idades compreendidas entre os 30 e os 40 anos, a viver em conjugalidade (casamento ou união de facto) e com filhos em idade escolar. Trata-se de uma amostra relativamente uniforme em termos geracionais e de fase da vida familiar, mas socialmente diversificada no respeitante ao perfil académico e sócio-profissional feminino, abrangendo mulheres desde o ensino primário até ao doutoramento.

Investigando a autonomia feminina na conjugalidade, procuramos saber, primeiro, o que «une» o casal e, depois, o que o «separa». Relativamente ao primeiro tópico observa-se a área privilegiada de fusão conjugal (intimidade afectiva, produção da vida material, concretização do projecto familiar), as relações de género no casal (complementaridade de papéis, procura de igualdade), ou ainda o peso conferido ao nós-casal e ao nós-família. Saber da «separação» conjugal impõe analisar a percepção da mulher sobre si mesma, o significado atribuído ao trabalho profissional e o tipo de autonomia produzido dentro da vida conjugal.

À revelia de concepções ideal-típicas do casal associativo — relacional, igualitário e individualizado —, a autonomia é passível de diversos significados. Pode ser visível e estratégica. Mas pode também socorrer-se de caminhos sub-reptícios. Seria esta a autonomia conseguida pelo resguardo dos próprios pensamentos ou de pequenas coisas não partilhadas. Afinal, era Simmel (1991) quem apontava a importância do segredo (e, por consequência, da individualidade) para a manutenção da própria harmonia conjugal. Neste jogo complexo, os indivíduos podem estar mais ou menos divididos entre o eu e o nós, numa arquitectura de complementaridade (na medida em que a própria identidade implica uma alteridade) ou também de tensão e conflito (na medida em que os objectivos individuais e os do grupo podem ser, a dado ponto, divergentes por qualquer razão).

Em concordância com a hipótese proposta, a estratégia de apresentação dos resultados procurará evidenciar a cumplicidade entre autonomia feminina e orientações amorosas, mostrando a sua interdependência. Fiéis a este fio condutor, descrevemos vários perfis de autonomia que, na realidade, se mostraram bastante mais diversificados do que o tipo ideal de autonomia

³ Na análise desta dimensão da conjugalidade demos particular atenção à semântica utilizada para exprimir os sentimentos, focando a variedade terminológica dos discursos femininos. Paixão, amor, amizade, companheirismo, são, afinal, vocábulos que podem ser empregues de várias maneiras e em conjugações diferentes. A partir da contagem e interpretação das palavras femininas foi possível identificar várias orientações amorosas. Esta análise baseou-se num conjunto de perguntas que visavam reconstituir o «trajecto de sentimento amoroso» das entrevistadas desde a altura do namoro até ao momento actual.

associativa faria prever. Começamos por estilos conjugais muito fusionais, em que a autonomia feminina é mínima; observamos seguidamente dois perfis bastante diferentes entre si, mas em que a autonomia se fabrica de modo sub-reptício; chegamos, finalmente, a formas mais vincadas de autonomia, em que esta é discursivamente valorizada pelas mulheres. Tentaremos, nas próximas páginas, ilustrar os diferentes perfis, recorrendo pelo menos a um caso considerado significativo do ponto de vista empírico⁴.

AUTONOMIA MÍNIMA, FUSÃO CONJUGAL E ORIENTAÇÕES ULTRA-ROMÂNTICAS

Os dois primeiros perfis revelam uma associação comum entre orientações amorosas ultra-românticas e estilos de conjugalidade fortemente fusionais, em que a autonomia é discursivamente minimizada pelas mulheres. No primeiro caso (a *aliança romântica*), o casal fabrica-se de forma institucionalista, apelando a uma semântica afectiva romântica ancorada em papéis e identidades de género tradicionais. Comum a mulheres de meio popular operário, este perfil corporifica alguns traços ideais da «família parsoniana». Uma segunda situação (o *companheirismo apaixonado*) é mais modernista, paritária e socialmente transversal, abrangendo mulheres de todos os graus de escolaridade. Estas mesclam apaixonamento romântico e companheirismo, assim reflectindo um ideário de relativa paridade conjugal.

A *ALIANÇA ROMÂNTICA*: UM ROMANTISMO ESTÁTICO E INSTITUCIONALISTA

Na «aliança romântica» o cimento da identidade fusional do casal pressupõe fortes diferenças de género entre masculino e feminino. É delas que se alimenta a complementaridade amorosa (e funcional, quotidiana) entre os cônjuges, dando corpo a uma versão institucionalista do romantismo, sobretudo justificada pela «natureza espiritual» da união. A forte dependência instrumental entre o casal decorre, em última instância, da existência de um laço amoroso forte que exclui qualquer ideia de autonomia individual.

Quem o diz são mulheres muito religiosas (católicas praticantes), com poucas qualificações profissionais, casadas na Igreja pela primeira e única vez com operários industriais. Mulheres para quem a perenidade do casamento é um valor sacramental e a dimensão erótico-sexual não tem demasiada importância em comparação com a espiritualidade da relação conjugal. Alguns traços do ideal romântico encontram-se presentes: a idealização quase

⁴ A análise das orientações amorosas, da autonomia feminina e da diversidade de estilos de interacção conjugal encontra-se desenvolvida com detalhe em Aboim (2004).

mística da união, a não percepção de mudanças ao longo do tempo, a visão de relação como proximidade apriorística relativamente independente dos contextos de existência (a cumplicidade advém de uma semelhança de alma), as concepções de género tradicionais. A imagem de mulher-mãe, pouco sexualizada e portadora de capacidades expressivas relevantes da organização do casal e da família é salientada. Matilde, uma das entrevistadas, coloca esta questão de modo explícito ao referir-se ao marido como sendo um segundo filho de quem tem de cuidar.

Sentimento conjugal actual

«[...] quando eu o conheci pareceu-me que encontrei a minha *alma gémea*... Há qualquer coisa, não estou a falar de paixão, nem de amor... é algo mais que nos une e não sei explicar o que é. Temos uma *grande ligação*... uma grande *cumplicidade*. É que tudo o que se passa, conto-lhe... e ele também. Que seja bom, que seja mau... há um grande diálogo entre nós e para mim, faz de conta que ele é... não tenho um filho, penso que tenho dois!»

Autonomia mínima, fusão forte

«É, é muito importante, porque assim quer dizer que caminham sempre na mesma direcção. Se houver gostos diferentes, um vai virar à direita, o outro vai virar à esquerda e é muito difícil encontrarem-se um dia [...] Somos parecidos em tudo [...] Contamos tudo um ao outro [...] É bom fazer as coisas de comum acordo, sempre todos os três (ela, o marido e o único filho do casal) em conjunto. Reforça mais a boa harmonia.»

Divisão conjugal das tarefas domésticas

«[...] quando um casal se casa e a esposa diz de caminho ‘temos que dividir’, aí acho que já é um passo mal dado, porque o marido vai-se sentir empurrado. Para nós já é difícil, não é!?... quanto mais para um homem que não é o trabalho deles [...] não se pode obrigar ninguém. Senão isso acaba por prejudicar a harmonia entre o casal.»

MATILDE, 38 anos, vendedora de publicidade, 11.º ano, primeiro casamento religioso; duração: vinte e um anos

Um exemplo máximo desta visão da conjugalidade encontramos-lo no relato de Matilde, mulher de meio operário, emigrante em França durante muitos anos, que casou cedo (aos 17 anos). A partir daí o casal começou, como ela faz questão de referir, a viver um para o outro quase exclusivamente, ocupando-se ela das tarefas do lar (já que só começou a trabalhar fora de casa três anos mais tarde). Crescimento conjunto é, por assim dizer,

a expressão que a própria utiliza para definir a relação com o marido, referindo sempre que ambos são tão parecidos que nem precisam de falar para se compreenderem. Uma união precoce associada a uma visão romântica do casamento, que Matilde apoia grandemente na sua forte religiosidade católica, favoreceu uma integração conjugal fusional, descrita como estática, intuitiva, ideal. Para Matilde, tudo permanece igual às emoções dos primeiros tempos.

Se após o nascimento do seu primeiro e único filho algumas rotinas foram alteradas no que respeita a saídas e lazeres, o relacionamento entre o casal permaneceu, no essencial, o mesmo. O seu «romantismo estático e místico» legitima uma concepção do casal enquanto aliança de género romântica, uma fusão nutrida pelas diferenças que o género engendra e das quais depende a harmonia de um quotidiano familiar onde todos os recursos e momentos devem ser postos em comum. Pelo menos, o máximo que seja possível nos entremeios das obrigações quotidianas e dos tempos de trabalho profissional de cada cônjuge. A fusão como aliança de género faz-se assim da conexão estrutural entre uma integração muito forte no plano das orientações amorosas, profundamente românticas, e também no das funcionalidades quotidianas, pois cada um assume um papel social essencial ao outro.

Não são estas diferenças encontradas apenas na divisão conjugal do trabalho, mas, mais ainda, clivagens profundamente entranhadas nas identidades. Como diria Bourdieu (1998), a incorporação das diferenças de género naturaliza-as, legitimando uma visão do casal como união entre duas naturezas particulares, cuja interpenetração através do conhecimento mútuo assume sobretudo um carácter intuitivo — a identificação projectiva que o amor romântico propõe, tal como Giddens (1996) o define.

Não se trata, como no arquétipo mais tradicionalista do casamento-instituição, de uma junção funcional vazia de sentimentos, mas antes da ligação inseparável entre os aspectos emocionais da fusão conjugal e a produção da vida quotidiana, tão bem alicerçada na diferenciação sexual de papéis. Neste sentido, o laço amoroso é para mulheres como Matilde, acima de tudo, um laço de género que supõe a complementaridade entre a «mulher-mãe» e o «homem-responsável, fonte de segurança para a família». Embora institucionalista, este modelo de conjugalidade está além do ideal-tipo de casamento-instituição, pelo acento expressivo que os afectos sinalizam na concepção do casal, numa mistura de «amor sublimado» e de «instituição», a que os ideários fortemente católicos destas mulheres pouco escolarizadas não serão certamente alheios.

Apesar de ser descrito como uma «união de almas», o casamento acaba por ter grande sustentação na produção de uma família e de uma ancoragem material de vida: ter uma casa, ter filhos no seio de uma família harmónica, constitui a materialização do laço amoroso entre o casal. Numa mescla simbólica quase indestrinçável, as finalidades instrumentais são legitimadas

através de categorias expressivas, evidenciando uma determinada maneira de institucionalizar a afetividade: poupar o homem às tarefas domésticas; dotar a mulher de mais competências parentais; valorizar a perenidade do casamento e o respeito pelo matrimónio; ver-se a si mesmo como tendo uma função social a cumprir na família; minimizar a negociação conjugal, substituindo-a por regras de comportamento bem codificadas segundo o género sexual. Estes elementos de cariz institucional aparecem fortemente embutidos no discurso feminino, acabando todos eles, todavia, por encontrar justificação através do amor conjugal. É, na verdade, como se o amor, para ser vivido e alimentado, tivesse de estar absolutamente ligado a um formato institucional de casamento.

O COMPANHEIRISMO APAIXONADO: UM ROMANTISMO RELACIONALISTA

Uma segunda situação demonstra de maneira bastante mais modernista a cumplicidade entre sentimento romântico, fusão forte e autonomia mínima. Descrita ao abrigo do que intitulamos por «companheirismo apaixonado», distingue-se pela valorização do amor apaixonado na relação a dois, sexualizando mais explicitamente o casal fusional e «espiritualizado» do ultra-romantismo. Valoriza-se uma cumplicidade exigente de intimidade e comunicação, bem como de cooperação instrumental e partilha de rotinas, ambas essenciais para a intensidade da troca pretendida na relação. Apesar da minimização da autonomia feminina, a conjugalidade deve ser construída num clima de paridade de género, traduzível em apoio e concertação conjugal para a realização das tarefas do dia a dia.

Sentimento conjugal actual

«Depende do que é que se chama amor intenso. Eu, para mim, o amor é sermos correspondidos. Em termos de paixão [...] eu digo que o meu dia a dia sem o meu marido não era nada. É o meu braço direito, sem dúvida. É uma *chama sempre acesa*.»

Autonomia mínima, fusão forte

«Normalmente procuramos fazer as coisas juntos... porque não tenho melhor companhia... Ele é muito concentrado... Muito amoroso, muito romântico, sem dúvida. É muito simples. Eu acho que é tudo aquilo o que se possa querer de uma pessoa com quem se quer viver.

[...] Nem um vai para a cama sem o outro. Quando ele tem alguma coisa ou traz trabalho para casa, eu tento ajudar um bocadinho e depois é assim: ‘Ó amor, já está tão tarde. Ó Zé, vamos acabar isso os dois e depois vamos os dois para a cama?’ ‘Então,

está bem, se me ajudares, vamos os dois para a cama.' O meu marido, também, é muito nocturno. Se for preciso, é capaz de estar até às 2/3 da manhã a ver um filme. Eu não tenho paciência. Adormeço a meio do filme. Mas, pronto. Ele sente-me ali ao pé dele. É o que ele diz: 'Desde que estejas aqui ao pé de mim, eu sinto-me bem.' E estamos ali um bocadinho mesmo a dormir, mas estamos sempre os dois.»

RAQUEL, 36 anos, dona de pronto-a-vestir, 6.º ano, primeiro casamento religioso; duração: dezassete anos

Sentimento conjugal actual

«É uma coisa muito mais *sólida*, mais *segura*... se bem que nós ainda estamos muito naquela de *paixão*, não é só o amor... porque eu acho que é diferente o amor da *paixão*...»

Autonomia mínima, fusão forte

«Vamos sempre todos juntos. É muito raro ir separados a algum lado [...] Os amigos são todos em comum, mesmo os colegas de trabalho... quando estamos em casa estamos os dois em cima do acontecimento, é raro em casa, quando estamos os dois, eu ter o meu tempo e ele ter o dele. Porque mesmo naquele tempo que a gente tem livre, ou vemos televisão juntos, ou fazemos fotografias juntos. Às vezes até as revistas, porque ele traz revistas todos os dias, revistas e jornais, e às vezes estou eu a começar a fazer o jantar e ele lê-me a capa toda, porque às vezes eu não tenho tempo de ler revista.»

PATRICIA, 37 anos, terapeuta ocupacional, bacharelato, primeiro casamento religioso; duração: catorze anos

A cooperação instrumental é certamente importante, mas o acento tónico do discurso realça aspectos do foro emocional, privilegiando as satisfações imediatas da partilha conjugal: do «estar» e mesmo do «ser» com o outro. Nas palavras das entrevistadas identifica-se uma forte matriz fusional: não se quer ir a lado nenhum sem o cônjuge e tenta-se concertar ao máximo actividades e obrigações individuais para que o tempo conjunto seja aproveitado no limite dos possíveis. O cônjuge é, afinal, o parceiro ideal de todos (ou quase todos) os momentos: no caso de Raquel, o deitar é estrategicamente organizado para a mesma hora; no caso de Patrícia, ela e o marido chegam a fazer da leitura de jornais e revistas uma actividade a dois. A manutenção de uma relação apaixonada passa pelo investimento na proximidade quotidiana com o cônjuge, lógica que se estende a várias esferas que, noutros registos, poderiam ser consideradas individuais. O trabalho, os *hobbies* ou as actividades sociais corporificam bons exemplos desta dinâmica intensamente fusional.

A vivência da relação conjugal não abre, por conseguinte, espaço para a autonomia pessoal nem protege as fronteiras do eu: o querer estar sempre junto, o tudo dizer ao cônjuge, favorece uma miscigenação da própria individualidade, consentânea, aliás, com a representação do casal promulgada pelo amor romântico. A existir, o diminuto espaço pessoal feminino constrói-se através da atenção sobre si própria que um ou outro momento passado a sós em casa proporcionam (nem que seja o banho matinal, como refere Raquel). Contudo, este «tempo pessoal» é descrito mais como um descanso das rotinas familiares (os cuidados com os filhos nomeadamente) do que propriamente enquanto produto de uma necessidade de autonomia face ao nós-casal.

O fabrico deste companheirismo fusional e apaixonado implica uma grande integração dos parceiros, processo que histórias como as de Raquel ou de Patrícia ilustram perfeitamente. O precoce início da trajectória conjugal — Raquel começou a namorar com o actual marido aos 17 anos e Patrícia aos 14 — contribuiu para a formação de um *habitus* conjugal forte. Houve um crescimento conjunto desde a adolescência, uma passagem para a idade adulta vivida de par com o cônjuge. A definição de si face ao outro desde cedo contribuiu para intensificar esta integração, criando uma grande complementaridade identitária, pelo menos no feminino. As palavras de Patrícia mostram de forma interessante a questão da alteridade conjugal na formação da individualidade; como ela diz, «eu só sei como sou com ele», interrogando-se reflexivamente sobre qual seria a sua personalidade face a um outro diferente do actual marido.

Ter crescido em conjunto é assim um factor determinante nas histórias de vida das mulheres, estruturando a individualidade em função da existência de um nós-casal fusional. Gostos, maneiras de ser e de estar, hábitos e rotinas, tudo isto foi construído a dois numa trajectória precocemente comum que agilizou a produção de semelhança entre os parceiros. É ela que fica mais séria e ele mais brincalhão e relaxado (Raquel) e é «tudo mais um com o outro quando se está a crescer» (Patrícia). O tempo de vida em comum fez-se da transferência de características entre marido e mulher, configurando no presente uma forte integração.

Socialmente diferentes, várias mulheres convergem na representação fusional e apaixonada do casal em que as identidades individuais se mesclam uma na outra, privilegiando simbolicamente o nós-casal como referência identitária. Sem dúvida, para isso contribuiu a representação social do casal apaixonado e fusional que os processos de privatização da vida conjugal elegeram como norma legítima. A transversalidade social desta dinâmica pode ser, em grande medida, explicada por esta via, ressaltando a força de certos impositivos históricos sobre a diversidade emanada dos contextos

específicos de pertença social; a visão do amor como fusão construída pelo romantismo constitui de facto uma representação social que, se não hegemónica no sentido proposto por Durkheim, tem pelo menos uma força social agregadora considerável. A sua expressão, mais acentuada nuns casos do que noutros, parece, por outro lado, assinalar a capacidade construtora dos actores sociais, bem como o impacto de trajetórias particulares. Namorar e casar cedo, no percurso de vida, são elementos importantes no leque de factores com impacto na edificação de um nós-casal tão fusional.

AUTONOMIAS SUB-REPTÍCIAS: ESPAÇOS DE GÉNERO, PROTECÇÃO DA INTIMIDADE

Outra articulação destaca agora a cumplicidade entre orientações amorosas cimentadas sob semânticas de «amor-amizade» — menos romântico e menos fusional — e estilos conjugais mais permeáveis à expressão de certas autonomias sub-reptícias, ainda que a noção do casal como unidade fusional acabe por dominar nos discursos femininos. No entanto, a amizade enquanto sentimento electivo pode ser expressa de maneiras distintas, recapitulando a distinção lata entre *aliança* (institucionalista e diferenciada) e *companheirismo* (igualitário e orientado para a cooperação).

«AUTONOMIA COMO DIVISÃO DE GÉNERO» NUMA ALIANÇA DE AMIZADE

A «aliança de amizade», assente nos liames engendrados pela dependência de género, constitui uma orientação particular para mulheres de meios populares, que beneficiam das margens de autonomia propiciadas pela naturalização das diferenças de género em papéis e identidades diferenciados. Curiosamente, uma visão um pouco menos romântica da conjugalidade, assente em papéis de género bem institucionalizados, acaba por permitir às mulheres encontrarem para si alguns espaços pessoais que são estrategicamente resguardados.

Denotando o peso simbólico das expectativas relacionais que a sentimentalização do casal historicamente edificou, os afectos são valorizados, mas no quadro de uma semântica discursiva do amor como amizade, um sentimento que serve objectivos mais vastos de reprodução e mobilidade familiar. Ser-se amigo um do outro para ganhar a vida e criar os filhos resume alguns pontos cruciais destes discursos femininos, lembrando o modelo ideal de casal-aliança proposto por Roussel (1991).

Trata-se, assim, tanto de uma fusão conjugal baseada na complementaridade de género como de uma autonomia pessoal fabricada dos espaços e poderes tradicionalmente atribuídos às mulheres. As competências domésticas e maternais, em geral as qualidades expressivas, permanecem conotadas com o feminino. Longe do ideal de «casamento-instituição», onde o afecto é figura secundária ou ausente, nesta visão da conjugalidade é o homem o principal atingido pelas «tirantias» de uma intimidade doméstica mais estranha à «natureza masculina», mas que a mulher não deixa de querer concretizar em certa medida. Nenhuma das entrevistadas parece alheia à «invenção da intimidade romântica», mesmo quando finalidades instrumentais ligadas à produção da vida material e ao assegurar o futuro dos filhos parecem dominar as prioridades quotidianas e o projecto de família.

Sentimento conjugal actual

«[...] Há uma *amizade grande* depois de tantos anos, e temos os *nossos filhos, a nossa vida...* É assim uma *grande amizade*.»

Uma autonomia de género, alguma fusão

«[...] não se é obrigado a contar tudo [...] eu há coisas que guardo só para mim. Até porque eu acho que há certas coisas que os homens simplesmente não entendem, têm lá a mentalidade deles... São diferentes de nós...»

Fui sempre eu que organizei as coisas em casa, o meu marido até diz que sou eu que mando em tudo... Porque é o que ele diz, eu é que vou comprar as coisas, eu é que faço tudo. Ele só faz trabalhar. Tudo conta, é eu ir às compras, seja para a casa, para a comida, para a roupa, para tudo. Até a roupa dele [...] Eu é que lhe vou comprar tudo [...] Não sabe fazer nada. Só se for reparações nas paredes, no chão. Sou sempre eu que escolho o que se vai ver [*refere-se à televisão*]. Ele não pode ver futebol. Só pode ver novelas. Ele que vá ao café... Às vezes ele acaba por ficar comigo a ver a novela, porque também temos que estar juntos, senão porque é que haveríamos de estar casados...»

A «domesticação» do marido

«O meu marido é que perdeu um bocado a liberdade que tinha em solteiro. Eram sempre muitas festas, muitos bailes, muita correria para todo o lado com os outros. E depois parou um bocado. Teve que mudar. Foi um bocado difícil para ele, mas conseguiu-se. E hoje ele é um homem dedicado à família.»

TELMA, 37 anos, empregada doméstica, 6.º ano, primeira conjugalidade (coabitação seguida de casamento religioso); duração: dezanove anos

Empregada doméstica de profissão desde cedo, começou a namorar aos 17 anos com um vizinho, analfabeto e ajudante de pedreiro, profissão que ainda mantém. Ambos de origens muito humildes, puderam contar apenas com o próprio esforço para construir uma vivenda, quase toda feita graças ao engenho do marido. Viveram juntos em casa dos sogros de Telma durante três anos até a casa ter finalmente condições de habitabilidade, altura em que formalizaram a união e tiveram uma filha. Foi assim num clima de esforço para a organização material da vida familiar que ambos assumiram papéis complementares e cimentaram o nós-casal. Tiveram como principais pontos de fusão os projectos de casa, de filhos, de uma vida familiar estável, metas que lhes exigiram suor e sacrifício, ainda hoje perpetuados face ao objectivo de criar bem as duas filhas. É, no fundo, esta estratégia que cimenta a união do casal num casamento institucionalista em que as componentes instrumentais são claramente verbalizadas. Organizar a vida seria uma tarefa, sem dúvida, mais difícil se fosse tentada a sós, como a própria Telma não deixa de frisar quando se refere às dificuldades da vida: «Porque se for só um, é muito difícil. Exactamente. Tem que ser dos dois.»

A diferenciação de género é bastante ampla no casamento de Telma. Tal como Matilde, prefere excluir o cônjuge das actividades de produção doméstica. Mas, ao contrário desta, é marcada a diferenciação entre a visão fusional do casamento e uma certa dose de separação nas rotinas do dia a dia. Mais do que um simples hiato entre o dizer e o fazer, trata-se, como alertava Schwartz (1990) a propósito dos casais de operários franceses, de uma contradição intrínseca à própria noção de fusão. No caso de Telma, o discurso tece-se de maneira complexa, ora privilegiando a fusão conjugal (bem como a união familiar) de matriz romântica (gosta do marido, procura nele uma certa proximidade e a segurança institucionalizada do apoio recíproco), ora dando conta de algumas margens de espaço pessoal, também valorizadas mas não subjectivamente entendidas como autonomia no sentido modernista do termo. Para ela, ao contrário da comunhão que a complementaridade entre masculino e feminino proporciona no caso de Matilde, a diferenciação de género abre campo «natural» para alguma distância de interesses, de gostos e de formas de estar. O sentimento de amor-amizade, seguro e institucionalizado, mas mais distante e comedido do que o forte romantismo de Matilde, assim o permite.

Este é um caso ilustrativo não só da incorporação de papéis de género, que se aliam e complementam na conjugalidade, mas igualmente das distâncias engendradas pela codificação institucionalista de distintas «naturezas de género». A conjugalidade privatizada no espaço doméstico, tal como o romantismo a construiu, é, na sua codificação, feminina, exigindo aos homens um esforço de domesticação da masculinidade, mais livre e voltada para o exterior.

Este é um dos pontos interessantes do processo de integração conjugal revelado pela história de Telma, mostrando uma das faces complexas da construção «gendrificada» do casal fusional. No entanto, a complementaridade entre géneros é uma componente vital destas conjugalidades. As diferenças entre masculino e feminino fornecem, afinal, a base para produzir tanto a fusão como tipos particulares de autonomia, alimentados pelas distâncias que não podem (ou não devem) ser estreitadas.

«AUTONOMIA INTERIOR» NUM COMPANHEIRISMO DE AMIZADE

Outro tipo de autonomia feminina, bem diferente, mas também relativamente velada, conquista-se através da protecção de alguma intimidade pessoal, configurando uma «autonomia interior». Encontrada entre mulheres qualificadas e economicamente independentes, associa-se a conjugalidades companheiristas firmadas sobre sentimentos de amizade e cooperação num casal que se desejaria igualitário e harmónico. Neste «companheirismo amical» o acento na troca e na partilha de rotinas domésticas entre o casal surge, contrariamente ao caso anterior, como sustentáculo conjugal. O laço de amizade alicerça-se no apoio mútuo, necessário numa relação construída mais através da cooperação quotidiana e da partilha de ideais do que da partilha intensa da intimidade. Elogia-se uma regra fusional de junção de recursos, rotinas e sobretudo de ideais que possibilitem a formação de um projecto familiar comum. Acabando por ser o valor dominante da conjugalidade, o projecto apresenta frequentemente um tracejado familiarista e bem ancorado no parentesco, transformando a conjugalidade numa instância relacional inserida numa lógica mais abrangente de reprodução familiar.

A semântica da amizade, acompanhada dos termos «companheirismo» e «partilha», surge aqui quase como salvaguarda do casamento contra a fragilidade do «amor romântico», rápido e muitas vezes dissolúvel. Como propõe Luhmann (1991), na procura de fundamentos mais sólidos para uma relação íntima duradoura no tempo, uma das soluções seria precisamente a que se fundamenta em torno da noção de «companheirismo». Refere o autor (1991, p. 203) que «no matrimónio não se procura um mundo ideal, elevado à qualidade de irreal, e muito menos uma efectivação permanente dos sentimentos passionais, mas uma base para compreender e realizar em conjunto tudo aquilo que é importante para a pessoa». Neste caso, pelo menos, esta máxima é aplicável.

Nas práticas quotidianas prevalece o contrabalanço nem sempre linear da fusão e da autonomia. São centrais a força integradora de um projecto «familiarista», a visão do nós-família como um «todo orgânico» onde cada um deve participar de forma cooperante, a valorização da harmonia familiar,

a orientação para a integração no grupo alargado de parentesco. Mas são também relevantes as pequenas margens de autonomia feminina: os não ditos, os pequenos segredos e independências emocionais.

Sentimento conjugal actual

«[...] nós construímos primeiro que nada a *amizade*. Fomos muito *amigos*. Ainda somos muito amigos [...] A *amizade*, acho que cada vez é maior. Redobra-se, porque o pouco tempo que a gente está, é para se manter sempre bem. Para aproveitar o máximo, para partilhar.»

Uma autonomia interior, uma fusão ideal, familialista

«Acho que tem que haver assim contradições, que até o diálogo fica mais aceso e é muito mais engraçado [...] E eu acho que pode guardar algumas coisas para si. Acho que não tem mal. São coisas que dizem respeito a nós mesmas e que nem temos vontade de falar, acho que isso não faz mal nenhum [...] Mas, em termos gerais, temos os mesmos ideais. Que isso é que é o importante. É os ideais. Que é para se poder ter um projecto de vida em comum. E acho que essas coisas vão dando sentido à nossa própria vida como casal, temos sempre um objectivo a atingir.»

CLARA, 33 anos, sócia gerente de uma pequena empresa familiar, licenciatura, primeiro casamento católico; duração: seis anos

O projecto de família

«Acho que cada um de nós tem a sua missão, tenho amigas por exemplo que optaram por não casar. Mas a minha era casar para formar uma família, ter filhos. E gostávamos um do outro e gostamos, tínhamos um projecto de vida em comum [...] Acho que pode haver algumas dificuldades [...] mas lá está, é a missão de construir uma coisa nossa a dois, um projecto em comum, uma família... portanto, eu acho que tudo se ultrapassa para isso.»

Algum espaço pessoal seria desejável

«Logicamente que às vezes me apetecia ir dar uma volta, ir às compras, ou fazer qualquer coisa nem que fosse tomar um café... mas há coisas que uma pessoa não pode fazer [...] Mas eu tento guardar alguns momentos para mim, lógico que não é 100%, mas alguma coisa eu consigo gerir no meio disso tudo, nem que seja quando estou na minha cama sozinha a descansar ou a ler um bocadinho, que eu faço sempre um primeiro sono entre as 9.30 horas e as 11, meia-noite. Tenho aquele bocadinho para mim...»

CARLOTA, 33 anos, professora e dona de colégio, licenciatura, primeiro casamento católico; duração: dez anos

Ter uma casa, filhos e organizar a vida são coisas que a maioria das mulheres elogia quando interrogada sobre os projectos tecidos no início da vida a dois. Casar e viver com o actual marido era, evidentemente, uma escolha afectiva, mas era também um pouco mais do que isso. Constituía um passo em frente na realização de um quadro de vida desde cedo imaginado. Sendo verdade que Kaufmann (1992) tem toda a razão ao dizer que o casal começa com a formação de hábitos comuns, é oportuno frisar que o casal começa, talvez mais cedo, a ser um «nós» através da formulação de um projecto comum: um projecto doméstico, parental, económico. Este trio de objectivos não é apanágio exclusivo de grupos sociais menos providos de capitais académicos e sócio-profissionais, antes abrangendo mulheres de perfil social qualificado, como é o caso de Clara ou de Carlota, licenciadas e financeiramente abastadas (ambas têm algum património de família e trabalham em empresas familiares, uma como economista, outra como profesora do 2.º e 3.º ciclos).

Dar materialidade ao projecto familiar, estar unido pelos mesmos objectivos, é, afinal, uma questão-chave na vida conjugal. Se algumas dissemelhanças entre o casal (nos gostos ou nas maneiras de ser) são até consideradas positivas, já em matéria de ideais e de projectos de vida a proximidade conjugal é indispensável, uma componente fundamental, sem a qual um casamento dificilmente sobrevive. Como aponta Clara, os ideais comuns são a condição de um bom casamento, «para se poder ter um projecto de vida em comum», acrescente.

No caso de Clara, mulher católica, qualificada e economicamente desafogada, são as metas a atingir que dão sentido à vida conjugal. Construir a família é tanto uma função social a desempenhar como um «destino espiritual» importante. Para Carlota, a família é também uma missão a cumprir. A materialização deste projecto, que acentua a preservação da família, faz-se, entretanto, sem desprezar valores modernistas também por elas partilhados: falamos da igualdade de género, da realização profissional, da valorização de algumas margens de autonomia pessoal, a quebrar o registo fusional com que se descreve (ideal e pessoalmente) a conjugalidade e a família nuclear.

Mas, salvo raras excepções, o espaço e o tempo encontrados para si própria não são o produto de uma deliberada e assumida estratégia de individualização (de certas actividades ou rotinas, por exemplo). Valorizam-se sobretudo alguns momentos de intimidade pessoal: descansar, estar deitada, ler qualquer coisa na cama a sós, são os exemplos a assinalar. Fala-se também de episódios e pensamentos que se guardam para si própria, sem contar ao cônjuge. De facto, apesar de as mulheres usufruírem do tempo e da independência que as prolongadas horas de trabalho profissional masculinas propiciam, como acontece no caso de Clara e no de Carlota (já que ambos os

cônjuges são administradores de empresa privada), o espaço individual subjectivamente valorizado é mais interior do que exterior. Não se trata de fazer nada em particular, mas de estar sozinha com os seus pensamentos.

A ideia de que há coisas que não têm necessariamente de ser ditas confirma, afinal, o que acabámos de escrever sobre a salvaguarda de intimidade pessoal. Guardar momentos, pensamentos, determinados assuntos, é também uma forma de expressar uma certa autonomia: alguns «segredos» servem até para proteger a harmonia conjugal e familiar, justificam as entrevistas. O discurso sub-reptício sobre a autonomia vai aparecendo de quando em quando, mas sempre recheado de ambiguidades, oscilando-se entre registos ora de grande fusão, ora de valorização de parcelas de independência. No entanto, as «pequenas autonomias» acabam quase sempre por ser justificadas pela preservação da harmonia familiar.

Contudo, novamente se conclui que, em muitos casos, uma orientação globalmente fusional (mesmo familiarista) não exclui certas formas de manifestação e de protecção da individualidade, deixando perceber que alguma autonomia pessoal pode ser subjectivamente percebida enquanto «espaço interior».

AUTONOMIA FORTE EM CONJUGALIDADES ASSOCIATIVAS

Formas de autonomia procuradas e desejadas enquanto tais encontram-se, finalmente, entre mulheres que vivem conjugalidades de estilo associativo. No entanto, nuns casos, a autonomia pode estar ainda em construção, ancorando em fases do curso de vida caracterizadas pela transição de um funcionamento fusional e amorosamente apaixonado para um estilo mais autónomo e amical de casal. Noutros casos, a conjugalidade associativa pode estar até mais próxima do tipo ideal que normalmente a descreve, sinalizando a inscrição da autonomia pessoal no interior da própria concepção de afectividade e de relação.

AUTONOMIA PROGRESSIVA E TRAJECTÓRIAS DE TRANSIÇÃO AFECTIVA

Alguns discursos femininos, mais comuns entre mulheres qualificadas e com um trajecto profissional em ascensão, retratam um companheirismo muito dinâmico, mutável, em constante renovação. A sensação de permanente construção da relação (e do sentimento) foi, em vários casos, cúmplice com a passagem de um período de enamoramento inicial, lembrado como mais fusional e intensamente amoroso, para um afecto progressivamente consolidado pela amizade companheirista. A transformação do sentimento conjugal teve como contrapeso uma crescente individualização feminina,

produzida, a dado momento do percurso conjugal, pela busca conscientemente formulada de autonomia pessoal. A «vontade de autonomia» foi-se evidenciando ultrapassada a fase inicial de fusão apaixonada, diminuindo a força do «nós-casal» enquanto instância de pertença identitária. De um funcionamento interno retrospectivamente retratado como conjunto e apaixonado (um «companheirismo apaixonado»), passou-se a viver a conjugalidade de forma mais associativa, adaptando as suas dinâmicas internas à vontade feminina de conquistar espaço para si própria e sobretudo de realizar projectos profissionais antes relegados para segundo plano.

Sentimento conjugal actual

«Hoje é mais uma *grande amizade*. Acho que é uma amizade, acho que é uma coisa diferente [...] O *companheirismo* é fundamental [...] Houve mudanças. Houve, nós também mudámos, já não somos as mesmas pessoas. Amadurecemos, acho!...»

Uma autonomia progressiva

«Antes praticamente trabalhávamos juntos. E também estávamos muito mais apaixonados... Não é preciso andarmos sempre juntos. Agora é o que faço, antes não, mas agora sim. As coisas mudaram [...] Em separado, também, podíamos fazer mais. Eu especialmente. Mas agora até já faço mais coisas, tenho mesmo feito por isso, por não andarmos sempre atrelados um ao outro. Isso era mais antigamente, quando nos casámos. Agora, por causa da faculdade e até mesmo por causa do trabalho, as coisas mudaram muito [...] Gosto de ter esta independência. Gosto de sair para dar uma voltinha sozinha, fazer qualquer coisa. Tenho aquele bocadinho para mim. Que é mesmo para mim.»

ALEXANDRA, 37 anos, dona de loja de roupa e estudante, licenciatura incompleta, primeiro casamento religioso; duração: doze anos

As mudanças operadas no plano afectivo estabelecem assim uma estreita convivência com as transformações verificadas no campo das interacções conjugais, demonstrando, uma vez mais, a articulação entre determinados formatos de fusão conjugal (emocional e quotidiana) e a vivência de um sentimento apaixonado. Em suma, o casal fusional por excelência rege-se em grande medida segundo os códigos do romantismo. O «estar apaixonada» tem uma forte conotação fusional, enquanto a autonomia parece ligar-se a formas de afectividade «amicais», consideradas menos intensas e, por isso, menos exigentes em matéria de disponibilidade pessoal.

Neste processo de fabrico do casal associativo, a mudança operada no feminino é, sem dúvida, um factor de peso. A construção de um companheirismo sustentado no amor-amizade (que paulatinamente substituiu o

«apaixonamento» inicial) é, afinal, a face emocional das transformações pessoais e conjugais sentidas ao longo do tempo.

A história de Alexandra é bastante exemplificativa. Ela tem precisamente uma trajetória de valorização progressiva da autonomia, construída ao longo dos anos de casamento. Quando casou (pela Igreja), há doze anos, tinha já concluído um bacharelato em Administração e Marketing e começou a trabalhar com o marido no negócio de revenda de roupa que este montara ainda quando namoravam. Quando nasceram os filhos (dois gémeos, actualmente com 5 anos), Alexandra deixou de trabalhar no negócio do marido para prestar assistência aos bebés, tendo ficado cerca de três anos em casa; passado esse tempo, resolveu, por sentir necessidade de voltar a ter uma ocupação profissional, montar um negócio só seu (uma loja de roupa) e, ao mesmo tempo, voltar a estudar a fim de obter o grau de licenciada.

No campo da dinâmica familiar, este processo de reinvestimento na área profissional e académica produziu algumas reviravoltas. De uma maior disponibilidade de tempo para a família, Alexandra passou a ter um quotidiano mais preenchido e também mais cansativo e exigente de negociação conjugal. Com efeito, coube ao cônjuge (apesar de o apoio da empregada doméstica ter também aumentado) uma quota-parte de trabalho maior no que respeita à casa e aos filhos. É preciso tomar conta deles à noite, ir buscá-los à escola, tratar do jantar e do banho dos miúdos muito mais frequentemente do que acontecia no passado; as aulas nocturnas de Alexandra assim o exigem. Daí que a cooperação e a igualdade na divisão do trabalho sejam ideais que se procuram aplicar às práticas o mais possível. Marido e mulher tiveram, afinal, de se tornar mais companheiros, mais cooperantes, para que ela tivesse a possibilidade de voltar a estudar no período nocturno, conciliando as novas actividades com as responsabilidades e as tarefas da vida familiar.

Hoje Alexandra vive uma fase de transição para a autonomia, que ela própria caracteriza como resultante de um «amadurecimento pessoal», processo que acompanhou as mudanças delineadas no sentimento conjugal. Como ela própria refere, «antes andávamos muito mais atrelados um ao outro e isso não era muito positivo». Muito provavelmente, a dinâmica de desenvolvimento pessoal não constitui aqui um factor espúrio quando se procuram interpretar as mudanças operadas no plano dos afectos. A valorização de um sentimento de companheirismo conjugal acompanhou, no caso de Alexandra e nos de outras entrevistadas, o investimento na autonomia individual, após o começo apaixonado da relação, descrito como lógica e necessariamente mais fusional.

AUTONOMIA FORTE E «AMOR DE ALTERNÂNCIA»

Um segundo perfil de «casal associativo», talvez mais próximo do tipo ideal, é bastante distinto do anterior.

Entre as principais diferenças, a primeira repousa no facto de se continuar, ao longo dos anos, a valorizar um sentimento apaixonado, que reaparece, aqui e ali, sempre que se consegue «escapar» às obrigações do quotidiano. Apesar de a amizade e o companheirismo constituírem os sustentáculos emocionais do dia a dia, procura-se reinventar, sempre que possível, um maior envolvimento apaixonado. Consequentemente, uma outra diferença reside no «investimento» feito em prol do nós-casal, sobretudo a nível da intimidade sexual. Uma terceira marca importante encontra-se ainda no estilo de autonomia individual da mulher: enquanto anteriormente descrevemos processos de progressiva conquista de autonomia, nos actuais casos esta é uma componente activa desde a fundação da relação. É uma noção intrínseca à própria concepção de amor conjugal, mesmo nas fases mais intensas e fusionais. A manutenção de uma identidade autónoma está embrionariamente implicada num amor que valoriza a especificidade, a troca, a negociação construída em pé de igualdade, numa permanente construção de «vários sentimentos» ao mesmo tempo. Neste sentido, a individualização faz parte inalienável do laço conjugal, permeando, desde logo, o desafio que é a integração numa vida a dois. E, mais tarde, numa vida de família.

O «amor de alternância», como lhe chamámos por se fabricar tanto de companheirismo e amizade como de momentos de paixão, é assim a orientação amorosa que, no nosso leque empírico, mais se aproxima da ideia de relação pura e de amor confluyente proposta por Giddens (1996) — e a que Torres (2000) prefere chamar «amor-construção» —, afastando-se da concepção de fusão conjugal mais comum aos cânones do romantismo. A visão do casal funda-se simultaneamente na valorização da intimidade, ressaltando as gratificações sexuais e amorosas que se desejam manter vivas, e na cooperação companheirista e paritária que deve presidir à organização do dia a dia. Além disso, resguarda-se sempre a autonomia individual, considerada fundamental para si mesma e até para a própria qualidade da relação.

Sentimento conjugal actual

«É um clássico dizer que a paixão não dura sempre!... Quando as pessoas já vivem juntas há muito tempo, e nós apesar de tudo já vivemos juntos há muito tempo, obviamente não estamos tão apaixonados como estávamos aos 18 anos, aos 20... nem no princípio da nossa relação, porque conhecemo-nos muito bem, enfim, já refreámos os ímpetus iniciais da paixão e sobretudo a vida rotineira e mais ou menos stressante que vamos levando também se encarrega de pôr um certo travão nesse sentimento de paixão... Apesar de tudo, acho que continuamos bastante *apaixonados* um pelo outro e que... não com as mesmas características da paixão inicial... Mas acho que continuamos com uma boa *dose de paixão* [...] Ainda não entrámos na fase do ‘já somos só grandes amigos’. Claro que somos *grandes amigos*, mas acho que continuamos a ser bastante mais do que isso.»

Uma autonomia forte

«Eu acho que também é importante as pessoas estarem separadas.... Eu acho que, apesar de tudo, como temos profissões e vidas profissionais separadas... temos esses espaços de cada um bastante bem definidos, por fruto da própria situação, e, por outro lado, como sempre fomos preservando os nossos amigos mais pessoais de cada um de nós, acabamos por ter aí espaços de individualidade que são nossos, que funcionam por aí. Sim, senão acho que as pessoas asfixiam!.... Porque, se perdermos algum mundozinho só nosso, também às tantas perdemos tudo. Se perdermos a relação, ficamos sem nada...»

ADRIANA, 37 anos, professora universitária, doutoramento, primeira conjugalidade (coabitação seguida de casamento civil); duração: treze anos

A autonomia não é considerada importante só porque a realização pessoal é importante, mas também porque a própria construção da intimidade depende da paridade e da negociação entre os parceiros. Para haver intimidade fusional e troca emocional é necessário preservar parcelas de independência pessoal. O amor pressupõe, à partida, essa independência. Não se trataria assim, como muitas vezes é sugerido na literatura sociológica, de uma tensão entre individualismo e fusão amorosa, mas antes de uma intimidade fundada na independência, na igualdade e na gestão de diferentes instâncias de realização do *self*. Uma tal visão da conjugalidade será com certeza produto de um processo de individualização social (no sentido em que o define Elias, 1993), em que a noção de indivíduo ganha importância subjectiva, mas do qual não se exclui uma relação de alteridade rotineira e duradoura. As dificuldades sentidas por estas mulheres, habitualmente muito escolarizadas, parecem advir mais do esforço de gestão de um quotidiano dividido em diferentes investimentos (a profissão e o espaço pessoal, a intimidade conjugal, a maternidade e a família) do que de uma ética individualista de vida.

Exemplos deste esforço transparecem no relato que Adriana faz do seu percurso de vida. A sua principal dificuldade tende a residir não tanto no balanço entre autonomia individual e fusão conjugal (no dizer de alguns autores, um paradoxo central da conjugalidade contemporânea), mas sobretudo na gestão mais apertada do tempo que a chegada dos filhos impôs. É, de facto, ao processo de transformação do casal em família que são atribuídas as principais restrições à liberdade individual: os filhos obrigam a rotinas mais rígidas, que limitam tanto a autonomia individual como a do casal. Num certo sentido, ao transformar-se em família nuclear, o casal «institucionaliza-se», passando definitivamente da fase experimental e pouco rotineira vivida a dois para um modo de vida mais planeado e quotidianamente organizado, que obriga a maiores doses de negociação de tarefas e responsabilidades. A chegada dos

filhos muito contribui, portanto, para a sedimentação de um «nós», obrigando a uma repartição mais planeada dos vários tempos femininos: entre a autonomia concretizada através da profissão e das sociabilidades pessoais, o investimento na relação conjugal e as demandas da dinâmica parental. De facto, trata-se, entre as mulheres com este «perfil associativo», de conseguir combinar equilibradamente vários domínios de actividade sem que nenhum deles tome uma absoluta primazia e invada os outros, anulando-os.

A valorização da individualidade não tem, assim, como consequência um investimento menor na instância conjugal. Antes pelo contrário. O nós-casal assume relevância no discurso feminino, que insiste nos enormes investimentos exigidos pela manutenção da qualidade da relação. Ter tempo para o casal, alimentando a intimidade conjugal, uma sexualidade gratificante e uma comunicação intensa, é tão importante como preservar a autonomia pessoal. As exigências relacionais mencionadas concordam com uma concepção da conjugalidade enquanto relação afectiva fundamental, mas não como única esfera de gratificação emocional da mulher. A hipótese, proposta por Kellerhals *et al.* em 1982, de conexão entre autonomia individual e alternativas viáveis de realização fora do casal e da família encontra aqui, passados mais de vinte anos, também uma fonte de confirmação.

NOTAS FINAIS

Uma primeira conclusão a assinalar aponta, sem dúvida, para a pluralidade de ideários afectivos, comprovando a existência de variadas semânticas do amor na conjugalidade. Longe de haver um formato absolutamente dominante de expressão do sentimento, assistimos a maneiras plurais de reconstruir e orientar a afectividade na vida a dois. Se a construção do casamento como relação de amor adquire características de hegemonia, demonstrando o impacto dos grandes processos de transformação histórica de sentimentalização da vida familiar na estruturação da conjugalidade, é preciso também notar que as várias semânticas do amor (mais românticas, apaixonadas, amicais ou mesmo aproximadas ao ideal de «relação pura» que nos propõe Giddens, 1996) se reactualizam nos discursos individuais de maneiras específicas, apelando à conjunção de vários processos sociais concomitantes: a valorização da igualdade de género, da realização individual ou de uma intimidade negociada e construída pode ser tida como um bom exemplo.

Existem, efectivamente, maneiras distintas de incorporação do amor romântico, do amor como amizade ou do amor como paixão, cada orientação reencontrando especificidades no formato das relações de género no casal, na concepção da identidade pessoal e do projecto de vida, nos valores e na visão global (mais institucionalista ou relacionalista) da conjugalidade e da

família, bem como no tipo de fusão conjugal e de autonomia individual construído dia a dia.

Uma segunda constatação parece confirmar a hipótese inicialmente formulada, enunciando a cumplicidade entre a dimensão afectiva da vida a dois (as orientações amorosas) e o tipo de fusão e de autonomia construído no seio do casal ao longo da sua trajetória. Assim se compreendem as articulações, encontradas nos discursos femininos, entre romantismo e fusão conjugal; entre amor-amizade e «separações ou independências» sub-reptícias; entre o casal fortemente associativo e orientações amorosas que abrigam em si formas de individualização. De facto, ambas as dimensões, interacções e afectos, perfilam um quadro de pluralidade que se apresenta, de um ponto de vista microssociológico, mais complexo do que aquele que as definições ideal-típicas de «casamento-instituição», «fusão romântica» ou «associação *individualista*» propõem teoricamente.

Portanto, uma terceira conclusão deve assinalar a diversidade de autonomias (e de identidades) construídas na conjugalidade. Encontramos variações amplas, desde a ausência de percepção de um «eu» individualizado, passando por formas de autonomia que, sem serem estratégicas, se alimentam da própria diferenciação de género na conjugalidade ou de um «espaço de intimidade interior» mais ou menos protegido, até formas desejadas de autonomia, umas ainda em construção, outras mais estruturais e enraizadas.

Um quarto aspecto a salientar respeita, por seu lado, à multicausalidade existente na construção social do casal, dificilmente se podendo associar uma dada forma de funcionamento conjugal a um factor único. As orientações amorosas, bem como os vários estilos de autonomia, aparecem marcados por diferentes níveis de realidade social.

Por um lado, vislumbram-se, indubitavelmente, os efeitos operados pelos processos de mudança histórica das sociedades ocidentais, sentimentalizando e privatizando a vida familiar e instituindo a ideia de que casamento é amor. A popularidade e a transversalidade social do ideário fusional do casal dever-se-ão, provavelmente, a este movimento de mudança, que transformou o afecto em categoria discursiva generalizada e legitimadora de escolhas e comportamentos. A primazia dada ao amor na vida privada, elegendo-o como uma das (se não como a...) grandes fontes de bem-estar pessoal, poderá contribuir para explicar opções, investimentos, maneiras de estar e de interagir.

Por outro lado, para além das transformações ocorridas no universo simbólico dominante das sociedades ocidentais (que certamente contribuíram para a actual visibilidade da «psicologização» emocional das relações), existem os contextos sociais de pertença, onde as desigualdades estruturais se materializam. Situados algures nesse espaço social diferenciado, os indivíduos, possuidores de capitais específicos, incorporam disposições diferentes para a acção, mesmo que algumas delas frequentemente se referenciem a

simbolismos comuns. Embora os sistemas de disposições não sejam impermeáveis às possibilidades que cada percurso de vida oferece ao indivíduo, existe uma força do *habitus* (Bourdieu, 1998), bem visível na correlação tendencial entre determinados estilos de conjugalidade e contextos de classe. Para finalizarmos a argumentação com um exemplo ilustrativo bastará assinalar que não é por acaso que a autonomia associativa encontra campo mais fértil para se desenvolver em contextos sociais académica e profissionalmente tão qualificados.

BIBLIOGRAFIA

- ABOIM, S., e WALL, K. (2002), «Tipos de família em Portugal: interações, valores, contextos», in *Análise Social*, n.º 163, pp. 411-446.
- ABOIM, S. (2004), *Conjugalidades em Mudança. Percursos, Orientações e Dinâmicas da Vida a Dois*, dissertação de doutoramento, Lisboa, ISCTE.
- ALMEIDA, A. N. (2003), «Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis», in J. Vala, M. V. Cabral e A. Ramos (orgs.), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/ICS, pp. 50-93.
- ARIÈS, P. (1973 [1960]), *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Seuil.
- BECK, U., e BECK-GERNISHEIM, E. (1995), *The Normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity Press.
- BOURDIEU, P. (1998), *La domination masculine*, Paris, Éditions du Seuil.
- BURGESS, E. W., LOCKE, H. J., e THOMES, M. (1960 [1945]), *The Family from Institution to Companionship*, Nova Iorque, American Book.
- CHAUMIER, S. (1999), *La déliaison amoureuse. De la fusion romantique au désir d'indépendance*, Paris, Armand Colin.
- DURKHEIM, É. (1995 [1975]), «La famille conjugale», in Émile Durkheim, *Textes III*, Paris Minuit, pp. 35-49.
- ELIAS, N. (1993 [1939 a 1987]), *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, Dom Quixote.
- GIDDENS, A. (1996), *As Transformações da Intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta Editora.
- KAUFMANN, J.-C. (1992), *La trame conjugale, analyse du couple par son linge*, Paris, Nathan.
- KAUFMANN, J.-C. (1999), *La femme seule et le prince charmant. Enquête sur la vie en solo*, Paris, Nathan.
- KELLERHALS, J., et al. (1982), *Mariages au quotidien: inégalités sociales, tensions culturelles et organisation familiale*, Lausana, Pierre-Marcel Favre.
- KELLERHALS, J., WIDMER, E., LEVY, R., et al. (2004), *Mesure et démesure du couple. Cohésion, crises et résilience dans la vie du couple*, Paris, Payot.
- LUHMANN, N. (1991), *O Amor como Paixão: para a Codificação da Intimidade*, Lisboa, Difel.
- NEYRAND, G. (2002), «Idéalisation du conjugal et fragilisation du couple ou le paradoxe de l'individualisme relationnel», in *Dialogue*, n.º 155, pp. 80-88.
- PARSONS, T., e BALES, R. (1955), *Family, Socialization and Interaction Process*, Nova Iorque, The Free Press.
- ROUSSEL, L. (1991), «Les types de familles», in F. de Singly (org.), *La famille. L'État des savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 83-94.
- SCHWARTZ, O. (1990), *Le monde prive des ouvriers. Hommes et femmes du Nord*, Paris, PUF.
- SIMMEL, G. (1991 [1908]), *Secret et sociétés secrètes*, Estrasburgo, Circé.
- SINGLY, F. de (2000), *Libres ensemble. L'individualisme dans la vie commune*, Paris, Nathan.

- THÉRY, I. (2000), «Le couple occidental et son évolution sociale: du couple ‘chaînon’ au couple ‘duo’», in *Dialogue*, n.º 150, pp. 3-11.
- TORRES, A. (2000), *Trajectórias, Dinâmicas e Formas de Conjugalidade. Assimetrias Sociais e de Género no Casamento*, dissertação da tese de doutoramento, ISCTE.
- VASCONCELOS, P. (1998), «Vida familiar», in J. Machado Pais (coord.) *et al.*, *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, ICS, Secretaria de Estado da Juventude, pp. 321-404.
- WALL, K. (coord.) (2005), *Famílias no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/ICS (no prelo).
- WIDMER, E., KELLERHALS, J., e LEVY, R. (2003), *Les couples contemporains: cohésion, régulation et conflits*, Zurique, Séismo.